



GTT.SPS – GRUPO TODO TERRENO DE SÃO PEDRO DO SUL

ESTATUTOS*

**GTT.SPS – GRUPO TODO TERRENO
DE SÃO PEDRO DO SUL**



* Aprovado por unanimidade, conforme Acta 1, de 07-11-2015, constando os mesmos na Escritura de Constituição da Associação, do Cartório Notarial de São Pedro do Sul, de 09-11-2015



ESTATUTOS

GTT.SPS – GRUPO TODO TERRENO DE SÃO PEDRO DO SUL

CAPÍTULO I

Denominação, sede, âmbito e fins

ARTIGO 1.º

(Denominação)

A **GTT.SPS – GRUPO TODO TERRENO DE SÃO PEDRO DO SUL**, é uma associação civil, sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado e que se rege pelos presentes estatutos e pelas disposições legais aplicáveis.

ARTIGO 2.º

(Sede)

1. A Associação tem a sua sede em Rua Principal, n.º 151, Burgueta, 3660-015 Baiões, União das freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões, podendo estabelecer delegações ou outra forma de representação social onde for julgado conveniente.
2. Por decisão da Assembleia Geral poderá a sua sede ser mudada para qualquer local do território nacional.
3. Fica desde já aprovada a mudança de sede social para outro local no concelho de São Pedro do Sul

ARTIGO 3.º

(Âmbito)

A Associação tem âmbito nacional e é constituída pelas pessoas singulares ou colectivas que prestem serviços de organização profissional de congressos, eventos e animação turística, ou conexos com estas actividades, podendo a ela pertencer as pessoas singulares ou colectivas que o requeiram desde que a admissão seja aprovada pela Direcção e ratificada pela maioria absoluta dos votos representados na Assembleia Geral.

ARTIGO 4.º

(Associados fundadores)

1. São associados fundadores da Associação as seguintes pessoas singulares:
 - Carlos Manuel Almeida Marques;
 - Paulo Jorge de Almeida Matos;
 - Augusto Gil Madanelo Ferreira.

ARTIGO 5.º

(Objecto)



Constitui objecto da Associação a promoção, divulgação e organização de atividades lúdicas, culturais e recreativas, nomeadamente todo-o-terreno turístico e turismo de aventura em comunhão com a natureza, nas vertentes ecológicas, desportiva, formativa, cultural e social. Promover o uso da bicicleta, a defesa, promoção e divulgação do património cultural, artístico e ambiental. Organização de passeios de bicicleta, de carros clássicos, de motos de pista e motos de mato, de jipes, passeios pedestres. Eventos lúdicos e espetáculos desportivos e recreativos relacionados com desporto motorizado e não motorizado. Desporto aventura em terra, na água e no ar. Apoio social e administrativo aos associados. Exploração de cafés e bares.

ARTIGO 6.º

(Fins)

1. São fins da Associação:

- a) Defender e promover os interesses globais e comuns dos associados;
- b) Promover a região de Lafões;
- c) Representar os associados a nível nacional e internacional, perante outras associações ou, organizações, empresas e o público em geral;
- d) Promover e manter serviços de interesse para os associados;
- e) Promoção, divulgação e organização de atividades lúdicas, culturais e recreativas;
- f) Fomentar a união e a colaboração entre os seus membros.

2. Em ordem à realização dos seus fins sociais a Associação pode praticar todos os actos e contratos necessários ou convenientes sem outros limites além dos decorrentes da lei e dos estatutos.

CAPITULO II

Aquisição e perda da qualidade de associado; seus deveres e direitos

ARTIGO 7.º

(Admissão de associados)

1. Podem ser membros da Associação as pessoas singulares ou colectivas que exerçam no território português a actividade definida no artigo terceiro destes estatutos, desde que a admissão seja aprovada nos termos desse mesmo artigo.
2. As propostas para admissão de novos associados serão aprovados pela Direcção que, após verificar a sua conformidade com os estatutos e com o regulamento interno da secção ou secções correspondentes à actividade desenvolvida, as submeterá à ratificação da Assembleia Geral.



3. O requerimento para admissão de sócio envolve plena adesão aos estatutos da Associação, aos seus regulamentos internos e às deliberações dos órgãos sociais.
4. Os associados pessoa colectiva serão representados na Associação por uma das pessoas que indicarem, habilitando-a com os necessários poderes deliberativos e de representação.
5. A indicação será feita pelo associado pessoa colectiva mediante simples carta dirigida ao presidente da mesa da Assembleia Geral e subscrita pela administração das empresas em termos de as vincular.

ARTIGO 8.º

(Categorias de associados)

1. Os membros da Associação dividem-se em membros ordinários e membros colaboradores.
2. Os membros ordinários terão os direitos e deveres previstos no presente pacto social.
3. Os membros colaboradores terão os direitos e deveres dos membros ordinários, com excepção dos direitos de:
 - Votar por si, ou em representação de outro ou outros associados nas reuniões da Assembleia Geral;
 - Eleger e ser eleito para cargos associativos;
 - Aceder à informação distribuída que seja destinada exclusivamente a membros ordinários.
4. São membros honorários as pessoas singulares ou colectivas que se identifiquem com actividade de reconhecido interesse desta associação e sejam merecedores de tal distinção.
5. Os membros honorários terão todos os direitos e deveres dos membros ordinários, excepto o direito de voto, estando dispensados do pagamento de quotas;
6. Os membros honorários serão aprovados em AG sob proposta da Direcção.

ARTIGO 9.º

(Direitos dos associados)

São direitos dos associados:

- a) Participar na actividade da Associação e votar por si ou em representação de outro ou outros associados nas reuniões da Assembleia Geral, nos termos definitivos nestes estatutos;
- b) Eleger e ser eleito para cargos associativos;
- c) Requerer a convocação da Assembleia Geral, nos termos dos presentes Estatutos;
- d) Apresentar sugestões que julguem convenientes à realização dos fins estatutários;
- e) Reclamar perante os órgãos da Associação de actos que considerem lesivos dos direitos dos associados e da Associação;



- f) Usufruir, nos termos em que forem estabelecidos, de todos os demais benefícios ou regalias da Associação;
- g) Receber da Associação as informações que solicitarem sobre a actividade desta e, designadamente, examinar as contas, os orçamentos, os livros de contabilidade e os livros de actas;
- h) Ter acesso à informação distribuída e que seja inerente à sua categoria de associado;
- i) Utilizar o logotipo da Associação nas condições que forem estabelecidas pela Direcção;
- j) Utilizar os serviços prestados pela Associação nas condições mais favoráveis que vierem a ser definidas para os associados.

ARTIGO 10.º

(Deveres dos associados)

São deveres dos associados:

- a) Pagar pontualmente as quotas e jóia que vierem a ser fixadas pela Assembleia Geral, ficando dispensados de pagamento de jóia os associados fundadores desta Associação;
- b) Exercer com zelo, dedicação e eficiência os cargos associativos para que forem eleitos ou designados;
- c) Dar cumprimento às deliberações dos corpos sociais proferidas no uso da sua competência e atribuições e observar os Estatutos da Associação;
- d) Tomar parte nas assembleias gerais e nas reuniões para que forem convocados;
- e) Realizar os actos de colaboração com todas as iniciativas que concorram para o prestígio e desenvolvimento da Associação;
- f) Participar no funcionamento da Associação, contribuindo activamente para a realização dos seus fins.
- g) Cumprir as normas técnicas e deontológicas no exercício da sua actividade que venham a ser fixadas pelos órgãos da Associação.

ARTIGO 11.º

(Perda de qualidade de associado)

1. Perdem a qualidade de sócios:

- a) Os que tenham praticado actos contrários aos objectivos da Associação ou susceptíveis de afectar gravemente o seu prestígio e bom nome;
- b) Os que deixem de pagar as suas quotas durante seis meses consecutivos e as não liquidarem dentro do prazo que lhes for fixado em notificação da Direcção por carta registada com aviso de recepção;
- c) Os que violem quaisquer dos deveres de associado.



2. A exclusão do associado faltoso pertence à Direcção, podendo o excluído recorrer dessa decisão para a Assembleia Geral, no prazo de trinta dias contados desde a notificação da exclusão, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao presidente da mesa.

ARTIGO 12.º

(Demissão de associado)

1. A todo o tempo qualquer associado poderá demitir-se da Associação, podendo esta reclamar a quotização referente ao semestre em curso à data da comunicação da demissão.
2. A declaração da demissão será apresentada à Direcção, em carta registada e terá efeitos imediatos.

ARTIGO 13.º

(Exclusão de associado)

Sem prejuízo do disposto no artigo décimo primeiro, sob proposta da Direcção, qualquer associado pode ser excluído da Associação, por deliberação da Assembleia Geral, votada por três quartos do número legal de votos que façam funcionar a Assembleia, observado que seja o condicionalismo estipulado nos artigos trigésimo primeiro e trigésimo sexto destes Estatutos.

ARTIGO 14.º

(Regime patrimonial da exclusão)

O associado que, por qualquer forma, deixar de pertencer à Associação não tem o direito de reaver as quotizações que haja pago e perde o direito ao património social, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da Associação.

CAPÍTULO III

Regime Disciplinar

ARTIGO 15.º

(Infracções disciplinares)

Constitui infracção disciplinar o não cumprimento de qualquer dos deveres que para os associados resultam dos presentes Estatutos.

ARTIGO 16.º

(Sanções disciplinares)

Às infracções disciplinares são aplicáveis as seguintes penalidades:

- a) Censura;
- b) Suspensão dos direitos estatutários até ao máximo de 6 meses;
- c) Exclusão de associado.

ARTIGO 17.º

(Direito de defesa)



Nenhuma pena será aplicada sem que o arguido seja notificado para apresentar, por escrito, a sua defesa e as provas que entender, no prazo de trinta dias e sem que desta defesa e das provas produzidas se haja tomado conhecimento.

ARTIGO 18.º

(Competência da Direcção e recurso para a A.G.)

1. A aplicação de sanções disciplinares compete à Direcção, com recurso, nos termos do artigo décimo primeiro, número dois, para a Assembleia Geral.
2. Da decisão sobre o recurso por aplicação da pena referida na Alínea c) do artigo décimo sexto, proferida pela Assembleia Geral, cabe também recurso nos termos gerais de direito.

CAPÍTULO IV

Das eleições, composição e funcionamento dos Órgãos Sociais

SECCÃO PRIMEIRA

Princípios gerais

ARTIGO 19.º

(Órgãos da Associação)

1. Os órgãos da Associação são a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.

ARTIGO 20.º

(Eleições)

1. a) Os membros da mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal serão eleitos para exercerem funções por períodos de três anos sendo sempre permitida a reeleição para qualquer cargo, mantendo se em funções até à sua substituição.
- b) Nenhum associado poderá simultaneamente exercer funções em dois órgãos da Associação.
2. Os membros dos órgãos da Associação serão eleitos pela maioria dos votos presentes na Assembleia Geral no que respeita aos seus Presidente e Vice-Presidentes.

ARTIGO 21.º

(Candidaturas)

1. As candidaturas para os órgãos da Associação deverão ser subscritas pelos candidatos.
2. As candidaturas serão feitas em separado para a mesa da Assembleia Geral, para a Direcção e para o conselho fiscal e apresentadas ao presidente da mesa da Assembleia Geral.
3. Com as candidaturas indicar-se-á quem representará o associado pessoa singular ou colectiva.

ARTIGO 22.º

(Prazos das candidaturas e duração do mandato no preenchimento de vagas)

1. As candidaturas para eleições ordinárias serão apresentadas até quinze dias antes do termo do mandato.



2. Nas eleições extraordinárias que se verificarem para preenchimento de qualquer vaga ocorrida em qualquer dos órgãos associativos, as candidaturas serão apresentadas até dez dias antes do dia designado para a eleição.

3. No caso previsto no número anterior, os novos eleitos completam o mandato em curso.

ARTIGO 23.º

(Posse)

1. Nas eleições ordinárias os associados tomarão posse nos oito dias seguintes ao termo do mandato anterior.

2. Nas eleições extraordinárias os associados eleitos tomarão posse logo após a proclamação.

ARTIGO 24.º

(Alteração das candidaturas)

As listas não podem ser alteradas após a sua entrega, a não ser que surja impossibilidade superveniente a algum dos candidatos até à eleição, circunstância em que é admitida a alteração por substituição.

ARTIGO 25.º

(Remuneração)

Todos os cargos de eleição são exercidos com ou sem remuneração, conforme for decidido em Assembleia Geral, sem prejuízo, porém, do pagamento das despesas de viagem e/ou representação a que haja lugar no seu exercício.

SECÇÃO SEGUNDA

Da Assembleia Geral

ARTIGO 26.º

(Constituição)

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados no pleno uso dos seus direitos.

2. Cada associado tem direito a um voto.

ARTIGO 27.º

(Composição da mesa)

A mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

ARTIGO 28.º

(Competência da Presidência da Mesa da A.G.)

1. Compete ao Presidente da mesa da Assembleia Geral:

- a) Convocar as assembleias gerais, mesmo eleitorais, marcando a sua data, por sua iniciativa ou a requerimento, preparar a ordem do dia e dirigir os trabalhos;



- b) Aceitar as demissões que lhe forem apresentadas por escrito pelos membros dos corpos sociais;
- c) Assinar as actas e o expediente da mesa.

2. O Vice-Presidente substitui o Presidente nos seus impedimentos.

ARTIGO 29.º

(Competência do Secretário da Mesa da A.G.)

Compete ao Secretário:

- a) Substituir o Presidente e o Vice-Presidente da Mesa nos seus impedimentos;
- b) Preparar, expedir e publicar as convocações da Assembleia Geral;
- c) Preparar e ler o expediente da mesa;
- d) Redigir as actas das assembleias gerais.

ARTIGO 30.º

(Competência da A.G.)

A Assembleia Geral é soberana e pode deliberar sobre todos os assuntos de interesse geral e questões de princípio submetidos à sua apreciação, competindo-lhe, nomeadamente:

- a) Eleger a respectiva mesa, a Direcção e o Conselho Fiscal;
- b) Destituir a todo o tempo os corpos gerentes;
- c) Fixar as quotas e jóia a pagar pelos associados;
- d) Apreciar e aprovar o relatório e contas da direcção, aprovar o orçamento para o ano seguinte e quaisquer outros actos, propostas e trabalhos que lhe sejam submetidos;
- e) Deliberar sobre a alteração dos Estatutos;
- f) Ratificar as decisões tomadas pela Direcção desde a Assembleia Geral anterior.

ARTIGO 31.º

(Sessões ordinárias)

1. A Assembleia Geral reunirá em sessão ordinária até trinta e um de Março de cada ano para apreciar o relatório e contas da Direcção relativos à gerência do ano findo e para proceder, quando deva ter lugar, à eleição dos membros dos órgãos da Associação.
2. A Assembleia Geral reúne também em sessão ordinária até 31 de Dezembro de cada ano para apreciação e votação do orçamento e plano de actividades para o exercício seguinte.

ARTIGO 32.º

(Sessões extraordinárias)

Em sessões extraordinárias, a Assembleia Geral reunirá sempre que a Direcção ou o conselho fiscal o julguem necessário ou mediante pedido fundamentado e subscrito por um grupo de associados ordinários representando, pelo menos, trinta por cento do total de votos e ainda na hipótese prevista no artigo 11.º, n.º 2, destes Estatutos, a convocação do presidente da Mesa.



ARTIGO 33.º

(Convocação)

1. A convocação de qualquer Assembleia Geral deve ser feita por meio de aviso postal, telecópia, correio electrónico, edital, publicação na pagina oficial do facebook, expedido para cada associado com a antecedência mínima de quinze dias e na qual se indicará o dia, hora e local em que a Assembleia há-de funcionar e a respectiva ordem de trabalhos.
2. Em cada sessão não poderão ser tomadas deliberações estranhas à ordem do dia, salvo se todos os sócios estiveram presentes e concordarem com o aditamento.
3. No caso de todos os associados se encontrarem presentes ou devidamente representados, poderá ser dispensada a formalidade da convocação.

ARTIGO 34.º

(Alterações dos estatutos)

1. A Assembleia que votar e aprovar as alterações dos estatutos será convocada expressamente para este fim.
2. Da convocação constarão, sumariamente, os assuntos sobre que irá versar a discussão e aprovação da alteração.

ARTIGO 35.º

(Quorum de funcionamento)

1. Convocada a Assembleia, esta funcionará nos casos de primeira convocatória ou nos casos em que funcione como Assembleia eleitoral no dia e hora marcados, se estiverem presentes, pelo menos, metade dos votos totais dos associados.
2. Em segunda convocatória, funcionará também nos termos do número anterior. Se, porém, o número legal de votos ali referido não se encontrar presente, a Assembleia Geral funcionará quinze minutos depois da hora marcada, com qualquer número de associados e votos presentes.

ARTIGO 36.º

(Quorum deliberativo)

1. As deliberações da Assembleia Geral são tomadas pela maioria de votos dos associados presentes ou representantes à votação.
2. As deliberações sobre alteração dos Estatutos da Associação ou sobre a destituição dos corpos gerentes, exigem o voto de acordo de, pelo menos, três quartas partes dos votos dos associados presentes ou representados à votação.

ARTIGO 37.º

(Comissão de gestão)

Convocada a Assembleia Geral, nos termos dos artigos 32.º e 33.º, para efeitos da alínea b) do artigo 31.º, se votar a destituição dos corpos gerentes, aquela nomeará uma comissão de gestão



para gerir os assuntos sociais até às próximas eleições, cuja data será também marcada na mesma Assembleia.

ARTIGO 38.º

(Forma de votação)

1. Compete ao presidente da Assembleia Geral escolher a forma de votação, salvo quando a própria Assembleia deliberar forma especial para alguma votação.
2. Estando em causa a eleição ou a destituição de órgãos sociais ou assunto em que exista conflito de interesses entre a Associação e os seus associados a votação é obrigatoriamente realizada por escrutínio secreto.
3. De cada reunião é lavrada acta de trabalhos, indicando-se o número de votos presentes e o resultado das votações e as deliberações tomadas.
4. A indicação do número de votos presentes poderá constar da Lista Anexa de Presenças que depois de assinada pela Mesa da A. G. será arquivada com os restantes documentos relativos à Assembleia a que respeita.

SECCÃO TERCEIRA

Da Direcção

ARTIGO 39.º

(Composição)

A Direcção é constituída por um Presidente, Tesoureiro e um Secretário.

ARTIGO 40.º

(Competência da Direcção)

A gestão da Associação é da responsabilidade da Direcção, a quem compete todos os poderes que por estes estatutos ou por lei não sejam reservados à Assembleia Geral, ou ao Conselho Fiscal.

ARTIGO 41.º

(Reuniões e quorum de decisão)

1. A Direcção reunirá sempre que julgar necessário, exarando-se em livro próprio acta da qual constem as resoluções tomadas.
2. As decisões são tomadas pela maioria dos membros da Direcção presentes, tendo o seu Presidente voto de qualidade.

ARTIGO 42.º

(Vinculação da Direcção)



1. A Associação obriga-se pelas assinaturas conjuntas de dois membros da Direcção, sendo uma obrigatoriamente do seu Presidente, ou pela assinatura de mandatário com poderes especiais para o efeito e nos termos e limites do seu mandato.
2. Em actos de mero expediente a Associação obriga-se pela assinatura de qualquer membro da Direcção.
3. Consideram-se actos de mero expediente todos aqueles que não envolvam responsabilidade obrigacional para a Associação.
4. Em actos de carácter financeiro, nomeadamente empréstimos e outras obrigações financeira a Associação obriga-se pela assinatura de todos os membros da Direcção.

ARTIGO 43.º

(Responsabilidade dos membros da Direcção)

Os membros da Direcção respondem solidariamente pelas faltas e irregularidades cometidas no exercício das suas funções, excepto aqueles que hajam reclamado contra as omissões, que tenham votado contra as decisões em causa, ou que, não tendo assistido às sessões em que estas se tomaram, contra elas protestem na primeira sessão seguinte a que assistiram.

ARTIGO 44.º

(Substituição de membros da Direcção)

1. Faltando definitivamente algum membro da Direcção, procede-se à sua substituição por eleição em Assembleia Geral de novo membro.
2. Se a falta definitiva for do Presidente da Direcção, os membros da Direcção em funções poderão cooptar entre si, um que ocupe o cargo de Presidente da Direcção, aplicando-se o disposto do número anterior ao preenchimento da vaga entretanto aberta.
3. A cooptação deve ser submetida a ratificação, na primeira Assembleia Geral seguinte.
4. As substituições efectuadas nos termos dos números um e dois, duram até ao termo do mandato da Direcção em curso.

SECÇÃO QUARTA

Do Conselho Fiscal

ARTIGO 45.º

(Composição e competência)

O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente e dois vogais eleitos pela Assembleia Geral, a quem compete:

- a) Examinar, sempre que entenda conveniente, a escrita da Associação e os serviços da tesouraria;



- b) Dar parecer sobre o relatório de contas anual da Direcção balanço, demonstração de resultados e sobre quaisquer outros assuntos que lhe sejam submetidos pela Assembleia Geral ou pela Direcção;
- c) Dar parecer sobre o projecto de orçamento e movimentação do fundo da reserva.

ARTIGO 46.º

(Reuniões)

O Conselho reunirá, pelo menos uma vez por ano e sempre que for convocado pelo seu Presidente.

ARTIGO 47.º

(Auditor externo)

Poderá a Assembleia Geral sempre que o considere adequado, decidir que as funções do Conselho Fiscal sejam desempenhadas por uma empresa especializada em auditoria administrativa e financeira.

CAPÍTULO V

Administração financeira, orçamento e contas

ARTIGO 48.º

(Exercício anual)

O exercício anual corresponde ao ano civil.

ARTIGO 49.º

(Orçamento e Contas)

1. Para cada ano social seguinte é elaborado o respectivo orçamento e no princípio de cada ano económico serão elaboradas as contas de gerência do ano transacto.
2. A elaboração do orçamento e das contas pertence à Direcção que as submeterá à aprovação da Assembleia Geral ordinária.

ARTIGO 50.º

(Quotizações)

A Direcção conjuntamente com o orçamento, proporá anualmente à Assembleia Geral o montante das quotas anuais e das jóias de adesão a pagar pelos associados.

ARTIGO 51.º

(Receitas da Associação)

1. Constituem receitas da Associação:
 - a) Os resultados obtidos com a prestação de serviços a associados e não associados decorrentes da varias actividades;
 - b) Os produtos das jóias e das quotas dos associados;



- c) Quaisquer fundos, donativos, patrocínios, subsídios ou legados que lhe venham a ser atribuídos;
 - d) Os juros dos fundos capitalizados.
2. Pertencerão ao património da Associação todas as aquisições a título oneroso ou gratuito, incluindo os patrimónios, no todo ou em parte, de outras associações ou instituições, que por estas ou por comando legal tenham sido postas à sua disposição.

ARTIGO 52.º

(Aplicação do resultado)

1. A Assembleia Geral que aprovar as contas da gerência decidirá sobre a aplicação a dar ao saldo que for apresentado.
2. A mesma Assembleia pode decidir aplicar o saldo da conta da gerência à constituição ou reforço de fundos de apoio aos associados.

ARTIGO 53.º

(Pagamento das quotas)

1. As quotas serão pagas antecipadamente no princípio de cada ano. Poderão igualmente ser pagas em duas prestações iguais, uma que se vence antes do dia 31 de Janeiro e outra até ao dia 31 de Julho de cada ano, ou em alternativa de uma única vez até 31 de Janeiro.
2. O atraso no pagamento das quotas implica para o associado faltoso a perda dos seus direitos de voto e de participação nas reuniões dos órgãos da Associação, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas nestes estatutos.
3. A Direcção poderá ainda suspender a distribuição de informação ou o acesso a quaisquer serviços da Associação enquanto se mantiver o incumprimento do associado.

CAPÍTULO VI

Dissolução, Liquidação e Disposições Finais

ARTIGO 54.º

(Dissolução)

1. A Associação dissolve-se por deliberação da Assembleia Geral que envolve o voto favorável de três quartas partes do número de votos dos associados presentes devendo, contudo, tal deliberação ser tomada por unanimidade enquanto o número de associados não for superior a três.
2. A Assembleia Geral que votar a dissolução decidirá também o destino a dar aos bens da Associação que constituírem remanescente da liquidação.

ARTIGO 55.º

(Liquidação)



A mesma Assembleia nomeará três liquidatários, os quais, não sendo deliberada outra forma de liquidação, procederão do seguinte modo:

- a) Apuramento e consignação das verbas destinadas a solver o passivo da Associação;
- b) Satisfeitas as dívidas e apurados o remanescente, será este repartido pelos associados existentes à data da liquidação;
- c) A quota-parte de cada um dos associados será proporcional às quotas pagas à Associação.

ARTIGO 56.º

(Prazo de liquidação)

A liquidação será efectuada no prazo de seis meses após ter sido deliberado pela Assembleia.

CAPÍTULO VII

Disposições transitórias

ARTIGO 57.º

(Comissão Directiva)

Na fase de organização será a Associação regida por uma comissão directiva constituída pelos três sócios fundadores, à qual compete prover à instalação da Associação e promover a oportuna eleição dos órgãos sociais, para o que terá poderes de convocação da Assembleia Geral.

ARTIGO 58.º

(Prestação de contas da Comissão Directiva)

Na primeira Assembleia Geral ordinária que se realizar depois de eleitos os corpos sociais será apreciado o relatório da comissão directiva.

ARTIGO 59.º

(Cessação de funções)

A Comissão directiva cessará funções logo que os corpos sociais sejam eleitos.